



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



JUCEMG - SEDE
SEDE - BELO HORIZONTE

13/796.610-5

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31206481069

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1. REQUERIMENTO

ILMO. SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME:

CREATIVE INFORMATICA LTDA.-EPP

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J133304134278

Nº DE CÓDIGO CÓDIGO
VIAS DO ATO DO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

002

2244

1

ALTERACAO

ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

BELO HORIZONTE

Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome:

Assinatura:

Telefone de Contato:

4 Setembro 2013

Data

2. USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

☐

☐

☐

☐

Gláucia Azevedo Ottoni
ANALISTA DE GESTÃO E REGISTRO EMPRESARIAL
MGP. 1293986-4
Responsável

30/09/13
Data

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5155284

EM 30/09/2013

#CREATIVE INFORMATICA LTDA.-EPP#

PROTOCOLO: 13/796.610-5

AC0784637

Presidente da Turma

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico que este documento da empresa CREATIVE INFORMATICA LTDA.-EPP, Nire 31206481069, foi deferido e arquivado sob o nº 5155284 em 30/09/2013. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C161002360072 e o código de segurança ZSdo. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 1/10

Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
 Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel: (31) 3279-6200

RECONHECIMENTO DE FIRMA
 Reconheço por: SIRELIANCA, d(s) firmas(s) de:
JOSE ANICETO DA CUNHA

DATA
 Belo Horizonte, 18/09/2013 13:50/29 - Etiqueta Nº: 18103AA529
 Em testº da verdade: Ricardo Tadeu Silva
 EMOL: 3,48 TFPJ: 1,15 RECOMP: 0,21 TOTAL: 4,84 - 1AA697-0141



A, Samuel 27/09/17



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico que este documento da empresa CREATIVE INFORMATICA LTDA.-EPP, Nire 31206481069, foi deferido e arquivado sob o nº 5155284 em 30/09/2013. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C161002360072 e o código de segurança ZSdo. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL

2/9

CREATIVE INFORMÁTICA LTDA.-EPP

Alteração Contratual nº 06
CNPJ: 05.022.996/0001-50
NIRE: 3120648106-9
Rua dos Tupis, 457, Sala 803, Centro
CEP: 30190-060 – Belo Horizonte-MG

JOSÉ ANICETO DA CUNHA, brasileiro, divorciado, nascido aos 16.04.1937, comerciante, residente na cidade de Belo Horizonte-MG, na Rua Serra Formosa, 65, Aptº 103, Bairro Ribeiro de Abreu, CEP: 31872-350, portador da carteira de identidade nº 325.790, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Alagoas, CPF: 189.376.598-91;

VANDER GUERHARDT DA CUNHA, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, nascido aos 19.07.1967, comerciante, residente na cidade de Belo Horizonte-MG, na Rua São José de Arimateia, 319, Casa B, Bairro Boa Vista, CEP: 31070-460, portador da carteira de identidade nº M-4.671.606, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF: 649.387.276-68; sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada:

CREATIVE INFORMÁTICA LTDA.-EPP, com sede na cidade de Belo Horizonte-MG, na Rua dos Tupis, 457, Sala 803, Centro, CEP: 30190-060, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31206481069, em 22.04.2002, inscrita no CNPJ sob o nº 05.022.996/0001-50, resolvem, de comum acordo, fazer alterações, fazendo-as mediante as seguintes cláusulas e condições:

ALTERAÇÃO ÚNICA – OBJETO

A sociedade que exercia a atividade de: "Comércio varejista e atacadista, representação e intermediação de vendas por conta e em nome de terceiros de suprimentos e equipamentos de informática - partes, peças, periféricos; produtos ergonômicos; software; eletroeletrônicos; material de escritório; móveis; serviços



3
9

de manutenção e assistência técnica em equipamentos de informática; locação de equipamentos de informática”, tem seu objeto alterado para: “Comércio varejista e atacadista, representação e intermediação de vendas por conta e em nome de terceiros de suprimentos e equipamentos de informática, partes, peças, periféricos; software; eletroeletrônicos; material de escritório; móveis e artefatos de madeira, aço inox ou de qualquer outro material; acessórios para biblioteca em aço inox; tanques em aço inox; produtos ergonômicos; serviços de manutenção e assistência técnica em equipamentos de informática; locação de equipamentos de informática”.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE

A sociedade girará sob o nome empresarial: **CREATIVE INFORMÁTICA LTDA.-EPP**, e terá sede e domicílio na cidade de Belo Horizonte-MG, na Rua dos Tupis, 457, Sala 803, Centro, CEP: 30190-060;

SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

Constitui objeto da sociedade: Comércio varejista e atacadista, representação e intermediação de vendas por conta e em nome de terceiros de suprimentos e equipamentos de informática, partes, peças, periféricos; software; eletroeletrônicos; material de escritório; móveis e artefatos de madeira, aço inox ou de qualquer outro material; acessórios para biblioteca em aço inox; tanques em aço inox; produtos ergonômicos; serviços de manutenção e assistência técnica em equipamentos de informática; locação de equipamentos de informática;



49

TERCEIRA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$20.000,00 (vinte mil reais), desmembrado cotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, assim distribuídas:

VANDER GUERHARDT DA CUNHA	19.800 cotas	R\$ 19.800,00	99,00%
JOSÉ ANICETO DA CUNHA	200 cotas	R\$ 200,00	1,00%
TOTAL	20.000 cotas	R\$ 20.000,00	100,00%

Parágrafo Primeiro - O capital social foi totalmente integralizado, conforme instrumentos de contrato social e alteração contratual;

Parágrafo Segundo - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme preceitua o artigo 1.052 do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002;

Parágrafo Terceiro - Conforme estabelece o artigo 1.054, combinado com o artigo 997, VIII, do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais;

Parágrafo Quarto - Se, eventualmente, o capital social ou parte dele for integralizado em bens, todos os sócios responderão, solidariamente, pela exatidão do valor estimado dos mesmos, até o prazo de 5 (cinco) anos;

Parágrafo Quinto - Depois de integralizadas as cotas, o capital social poderá ser aumentado, e, até 30 (trinta) dias a contar da Assembleia ou Reunião que deliberou sobre o aumento do capital, terão os sócios preferência para participar no aumento de capital, na proporção de suas cotas. Após o prazo de preferência, deverá ser realizada Reunião ou Assembleia para aprovação da alteração contratual;

QUARTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, e o início de suas atividades se deu no dia 22 de abril de 2002;

Handwritten signature and stamp on the right margin.

Handwritten signature at the bottom right.



QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração caberá a ambos os sócios, em conjunto ou isoladamente, os quais poderão representar a sociedade perante os órgãos públicos federal, estaduais e municipais, bancos e outras instituições financeiras, cartórios, autarquias e organismos internacionais, escritórios de apoio contábil, financeiro e administrativo;

Parágrafo Único - É permitido o uso do nome empresarial, sendo vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social, como avais, fianças, abonos ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio;

SEXTA – DA CESSÃO DE COTAS

As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente;

Parágrafo Primeiro - O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar aos demais, por intermédio de carta registrada, com antecedência de 60 (sessenta) dias, a sua intenção de não mais continuar na sociedade;

Parágrafo Segundo - O sócio cedente responde solidariamente com o cessionário perante a sociedade e terceiros, pelo prazo de dois anos, a contar do registro da alteração, pelas obrigações que tinha como sócio;

SÉTIMA – DO RESULTADO E SUA DISTRIBUIÇÃO

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e, ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de



sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico;

Parágrafo Primeiro - A sociedade deliberará em reunião dos sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, ou seja, dos lucros ou das perdas, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007, da Lei 10.406/2002;

Parágrafo Segundo - Fica, a sociedade, autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059, da Lei 10.406/2002;

OITAVA - DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Fica dispensada a reunião dos sócios, quando estes decidirem por escrito sobre as matérias objeto de deliberações, nos termos do § 3º do artigo 1.072, da Lei nº 10.406/2002;

NONA - DA RETIRADA "PRÓ-LABORE"

Pelo exercício da administração, ambos os sócios terão direito a uma retirada mensal de "Pró-labore", cujo valor será livremente convencionado entre eles. O valor da retirada aqui referida será levado a débito da conta "despesas gerais" ou equivalente;

Parágrafo Único - Os sócios não poderão distribuir lucros ou realizar retiradas, se distribuídos com prejuízo do capital social;

DÉCIMA - DA CAUSA MORTIS

De acordo com o Código Civil - Artigo 1028 -, no caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo, aos sócios remanescentes, a decisão de admitir ou não os herdeiros do *pré-morto*;



Parágrafo Primeiro - Esses herdeiros deverão manifestar, por escrito, seu interesse ou não de ser admitidos na sociedade, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do falecimento;

Parágrafo Segundo - Caso não queiram ser admitidos na sociedade, ou caso os sócios remanescentes os não queiram admitir, os haveres do *de cujus*, apurados até o balanço especial, serão pagos em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, atualizadas com base no índice de preços ao consumidor real – IPC-r/IBGE, ou pelo IGP/FGV, para o mesmo período, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias, contados a partir do evento, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano;

Parágrafo Terceiro - Serão considerados haveres, o saldo de caixa e bancos, estoque e duplicatas recebíveis, o ativo imobilizado que estiver livre de ônus e avaliado pelo valor de mercado, deduzindo as obrigações fiscais, fornecedores, trabalhistas e demais obrigações assumidas pela sociedade a curto ou em longo prazo;

DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXCLUSÃO DE SÓCIO

Além do previsto no Novo Código Civil, sócios podem ser excluídos da sociedade, se colocarem em risco a continuidade da sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, reservado o exercício do direito de defesa;

DÉCIMA SEGUNDA - DA DISSOLUÇÃO SOCIAL

Nos casos de dissolução social, os sócios deverão fazer tudo para que a solução seja amigável, vendendo os bens pelo valor de mercado e considerando o saldo líquido do caixa. O saldo líquido do caixa fica aqui definido como sendo o total existente em caixa e nos Bancos, mais o provisionamento para pagamento de despesas inadiáveis, deduzidas as despesas e débitos a serem liquidados. Feito isto, o saldo restante será dividido entre os sócios na proporção de sua participação no capital social;



Parágrafo Único - Se, por qualquer razão, o assunto tenha de ir a juízo, os sócios ajustam desde já que, em qualquer hipótese, o procedimento deverá ocorrer como definido na alínea anterior e a divisão entre eles da mesma forma. Neste caso, cada sócio responderá pessoalmente pelos honorários do advogado que contratar, sendo as custas judiciais divididas entre eles;

DÉCIMA TERCEIRA – DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, ou de participar dela, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do artigo 1.011, § 1º da Lei 10.406/2002, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade;

DÉCIMA QUARTA – DO CONSELHO FISCAL

A sociedade poderá instituir um conselho fiscal composto de três ou mais membros e respectivos suplentes, sócio ou não;

DÉCIMA QUINTA – DAS FILIAIS

A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, o que será feito mediante alteração contratual assinada por todos os sócios;

DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

A sociedade reger-se-á pelas normas constantes do Novo Código Civil (Lei 10.406, de 10.01.2002), no entanto, nas omissões, reger-se-á, supletivamente, pelas normas das sociedades anônimas (Lei 6.404/76);

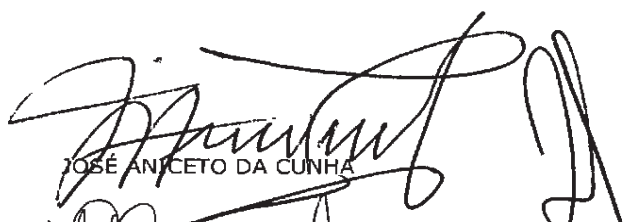



DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte-MG, para qualquer ação neste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, sendo uma delas arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG.

Belo Horizonte-MG, 02 de agosto de 2013.


JOSÉ ANICETO DA CUNHA


VANDER GUERHARDT DA CUNHA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5155284
EM 30/09/2013
#CREATIVE INFORMATICA LTDA.-EPP#

PROTOCOLO: 13/796.610-5

AG0784640


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUCEMG

